

STEFAN SALEJ\*

Boas notícias na área econômica que comecem a ocorrer – o recuo da inflação, as primeiras quedas dos juros básicos desde a desvalorização do real, o reinício de emissões de papéis no exterior, ainda que a taxas mais altas – dão, finalmente, algum alento ao país, depois de quase três meses de incerteza e turbulência. São fatos positivos pois demonstram, de um lado, que as piores perspectivas do início da crise não estão se configurando e, de outro, que há uma retomada, mesmo que tímida, da confiança do sistema financeiro internacional no Brasil. Mas em vez de cairmos no otimismo fácil de crer que os problemas estão superados, mais vale agora refletir sobre quanto ainda resta fazer para nos tornarmos uma economia saudável, sem sobressaltos.

A economia brasileira não pode mais se dar ao luxo de um comportamento ciclotímico que alterna, em espaços de tempo cada vez menores, períodos de grande euforia com outros de profunda depressão. Esse comportamento tem impedido uma ação racional e planejada dos agentes econômicos, visando preservar seus negócios e conduzi-los a salvo até um porto seguro. Para atingir a segurança que propicia investimentos e crescimento duradouro, tão necessário ao país, é preciso eliminar de vez entraves internos que ainda persistem – como a desorganização tributária e a confusa relação federativa – além de, em um *road show* nacional, as autoridades econômicas darem ao empresariado uma exata noção do ambiente em que tocarão seus negócios.

A verdade é que o Brasil tem demonstrado enorme capacidade de recuperação. Após cada

tempestade enfrentada – e foram muitas, nos últimos anos – percebemos que ainda continuamos a pisar em terreno firme no qual, apesar de tudo, permanece viva uma sólida base produtiva que em todos os momentos de calmaria tem respondido às expectativas de crescimento. Além disso, o país, ao contrário de outros que recentemente sofreram ataques especulativos, detém um sistema financeiro muito menos vulnerável, fator determinante para resistir às turbulências vindas de fora.

Uma reforma tributária que construa um sistema mais justo, em que todos paguem, para que cada um pague menos, e o estabelecimento de uma política tributária que desonere a produção são necessidades fundamentais. Da mesma forma, é urgente uma reforma política que não se limite às questões partidárias, mas que defina com clareza as relações federativas, determinando o papel de cada instância do poder – federal, estadual, municipal – e suas atribuições específicas. Sem essas mudanças estruturais, estaríamos sempre na mesma situação de agora: a de desorganização e de confusão que impede a manutenção da estabilidade econômica.

A volta do crescimento é também necessidade urgente, que não comporta adiamentos, sob pena de agravamento dos já angustiantes problemas sociais. O governo obteve bons resultados com as medidas para enfrentar a crise, com a sua aprovação pelo Congresso, e com as recentes visitas das autoridades econômicas aos centros financeiros internacionais, para convencer os bancos a renovar suas linhas de crédito ao país. O clima de desconfiança no exterior em relação à capacidade de reação do Brasil foi reduzido. Mas isso não basta. É ainda preciso explicar as medidas adotadas aos industriais estran-

geiros que têm negócios no país, pois eles até agora têm sido deixados de lado, sem qualquer orientação sobre como agir nos próximos meses.

Outra tarefa inadiável é fazer com que o empresariado brasileiro tenha condições de voltar a investir no Brasil. Para tanto, não basta a já iniciada queda dos juros. É preciso que as autoridades econômicas ponham os pés na estrada, agora dentro do país: é uma boa forma de dar aos empresários das várias regiões, aos líderes sindicais e aos políticos locais as mesmas explicações que se mostraram convincentes para a comunidade financeira internacional. Porque, por mais crucial que seja a presença dos investidores externos, neste momento de escassez de dólares na nossa economia, as decisões que os empresários brasileiros e outros agentes econômicos locais tomarão no Brasil, nas próximas semanas, é que determinarão como e quando o país sairá da recessão e voltará a crescer.

O que todos queremos, governo e povo, é um quadro de crescimento, com juros e desemprego em queda, e preços estáveis. Sem estas novas reformas, para a continuidade do ajuste, e sem a confiança do empresariado nacional e internacional – confiança que só voltará quando os empresários estiverem informados sobre a real situação do país, e sobre as circunstâncias em que terão de produzir – de pouco adiantariam o esforço já realizado e as conquistas alcançadas, pois continuaríamos a viver nessa gangorra entre a euforia e a depressão, sem encontrar nosso ponto definitivo de equilíbrio.

\*Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg)